



4º Encontro da Rede Parlamentar sobre Mudança Climática

#ParlAmericasCC #TiempoDeActuar

O 4º Encontro da Rede Parlamentar de Mudanças Climáticas foi realizado pela Assembleia Nacional do Suriname, e reuniu parlamentares, especialistas e representantes da sociedade civil em uma série de sessões de trabalho que examinaram o tema Avançando a Ação Climática por meio de Legislação e Supervisão Parlamentar. Os participantes compartilharam boas práticas e experiências, bem como examinaram as principais ações legislativas que estão contribuindo para impulsionar uma ambiciosa agenda climática, que visa alcançar a meta do Acordo de Paris de manter o aumento da temperatura média global em 1,5°C acima dos níveis pré-industriais.

TEMA

Avançando a Ação Climática por meio da Legislação e Supervisão Parlamentar

LOCAL

Paramaribo, Suriname

DATA

8 e 9 de agosto de 2019

PARTICIPANTES

Mais de 50 parlamentares, funcionários parlamentares e representantes da sociedade civil de 16 países



Esta atividade está alinhada com os ODS 11, 12, 13, 14, 15, 17

Resumo do encontro

O discurso principal foi [proferido](#) por Ana F. González Guerrero, Cofundadora e Diretora Administrativa do Youth Climate Lab, que destacou o valor e a importância da criação de parcerias entre os parlamentos e os jovens no processo de tomada de decisões políticas ousadas, em resposta à "crise climática" que nosso mundo está enfrentando. Em seguida, realizou-se uma série de sessões de trabalho que discutiram os seguintes temas: os resultados da COP24 e as expectativas para a COP25 e seu significado para o trabalho dos parlamentos; boas práticas legislativas que abordam as várias vertentes ambientais do relatório [GEO-6](#); os diferentes mecanismos de mercado e não mercadológicos que poderiam ser utilizados pelos países para colaborar e incentivar diferentes atores a adotar práticas climáticas mais sustentáveis; e, por fim, a necessidade de aumentar as metas e como os parlamentares podem ajudar a viabilizar isso por meio do financiamento climático.



Inauguração

O encontro foi aberto pela Presidenta da Assembleia Nacional, a Exma. **Jennifer Simons** (Suriname), anfitriã do Encontro e Vice-Presidenta - América do Sul da Rede Parlamentar de Mudanças Climáticas, e pela Exma. **Ana Belén Marín** (Equador), Membro da Assembleia Nacional e Vice-Presidenta Suplente - América do Sul .

Durante a reunião, prestou-se reconhecimento ao presidente cessante da Rede Parlamentar de Mudanças Climáticas, Javier Ortega (Panamá) por sua liderança e anos de serviço.

“ A rede climática não apenas discute os problemas das mudanças climáticas, a ciência e os debates em torno deste tópico. Na verdade, ajudamos os parlamentos das Américas e do Caribe a agir em seus próprios países e à sua maneira. O tempo para apenas conversar definitivamente acabou. O IPCC disse ao mundo que temos menos de 12 anos para evitar desastres climáticos, e vários cientistas acrescentam que podemos ter menos tempo. Estamos mostrando como os parlamentares estão lidando com as mudanças climáticas, aumentando a vontade política e respondendo à urgência de tomar medidas climáticas, porque os legisladores têm o poder de afetar positivamente os resultados em nosso mundo. ”



Exma. **Jennifer Simons**, Presidente da Assembleia Nacional (Suriname), Vice-Presidenta da RPMC - América do Sul e membro do Conselho do ParlAmericas

“ Do parlamento, precisamos identificar os setores mais vulneráveis e apoiá-los para que possam ser mais resilientes. Da mesma forma, podemos gerar regulamentos para que o Executivo possa aplicá-lo para ter protocolos que nos permitam ter uma visão mais ampla das Américas e do Caribe, o que nos permitirá ter mais contribuições para que as decisões que tomamos em nosso os parlamentos sejam os melhores possíveis. ”



Ana Belén Marín, membro da Assembleia Nacional (Equador), Vice-Presidenta Suplente da RPMC - América do Sul e membro do Conselho do ParlAmericas.

“ Há alguns anos, os então integrantes dessa organização decidiram que a questão da mudança climática era um tópico importante e transversal em nossas discussões. Tal decisão foi tomada sabendo que sua importância estava centrada no entendimento de que nós, seres humanos, somos os responsáveis pela destruição do nosso planeta. Por vezes entendemos, mas, não o assimilamos essas questões tão profundamente a ponto de desenvolvermos ações que nos permitam reverter a situação ”



Javier Ortega (Panamá), Presidente cessante da RPMC.

Sessão 1: Resultados da COP24 (Polônia) e preparativos para a COP25 (Chile)

A Conferência das Partes (COP), como parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), ocorre anualmente para supervisionar e promover a implementação do Acordo de Paris. Essas negociações estabelecem uma estrutura orientadora para a agenda climática e, estratégias climáticas nacionais para os países. Entendendo a importância dessas reuniões, esta sessão teve como objetivo familiarizar os participantes com os resultados da COP24, em particular com o Pacote Climático de Katowice - um conjunto de modalidades, procedimentos e diretrizes de transparência que têm implicações na implementação nacional do Acordo de Paris. Também teve como objetivo trazer informações sobre os principais temas da COP25 e como eles podem ser aplicados ao trabalho parlamentar nas Américas e no Caribe.

A sessão foi moderada pela membro da Assembleia Nacional **Naomí Samidin** (Suriname). A primeira [apresentação](#) sobre os resultados da COP24 foi conduzida por **Carlos Fuller**, Oficial de Ligação Internacional e Regional do Centro de Mudanças Climáticas da Comunidade do Caribe e Presidente da Aliança das Pequenas Nações Insulares. Fuller discutiu a gravidade do não cumprimento da meta de 1,5°C, especialmente para o Caribe. Como parte do Pacote Climático, ressaltou as diretrizes que foram desenvolvidas para o Quadro de Transparência, que solicitam às partes que relatem suas emissões e reduções, como as NDCs estão sendo implementadas, os impactos climáticos que os afetam e sua estratégia de adaptação, o apoio financeiro fornecido ou recebido, bem como as datas de vencimento desses relatórios e da Global Stocktake.

O presidente da Câmara dos Deputados **Iván Flores** (Chile), [apresentou](#) o objetivo da [COP25](#), enfatizando as crises climáticas e o papel que os seres humanos desempenharam na sua criação. Explicou ainda, como a COP25 será uma reunião onde se solicitará das partes presentes a adoção de ações concretas não apenas para aumentar a ambição, mas também para implementar o Acordo de Paris. A COP25 destacará os tópicos de oceanos, geleiras, biodiversidade, florestas, adaptação, cidades, energias renováveis, economia circular e eletromobilidade. O Presidente Flores descreveu como os parlamentos são essenciais para aumentar a ambição, garantindo que os direitos das comunidades vulneráveis sejam expressos, bem como a necessidade de os parlamentos trabalharem com o Executivo para criar soluções climáticas integrais. Ressaltou também, que apenas dois países do mundo (Noruega e Suécia) promulgaram legislação para alcançar a neutralidade climática, o que demonstra a necessidade da tomada de medidas pelos parlamentos. Por fim, explicou que o Chile se comprometeu a atingir a neutralidade climática até 2050, bem como esse compromisso tem sido trabalhado dentro do parlamento para se tornar realidade, enfatizando que a Câmara dos Deputados do Chile aprovou, recentemente, uma [resolução](#) para submeter o projeto de lei sobre neutralidade de carbono a votação .



“ Temos apenas até 2030 para reduzir nossas emissões em 50% para atingir a meta de 1,5°C ... 2020 deve ser o ano em que obteremos novas NDCs, e essas contribuições devem ser muito mais ambiciosas, uma vez que as atuais nos levam a uma trajetória de 3°C que precisa ser reduzida significativamente para atingirmos a meta de 1,5°C. ”



Carlos Fuller, Oficial de Ligação Internacional e Regional do CMCCC e Presidente da Aliança das Pequenas Nações Insulares.

Iván Flores, Presidente da Câmara dos Deputados (Chile)



“ Os parlamentos possuem um papel importante na política e, portanto, somos fundamentais na luta contra as mudanças climáticas e seus efeitos nocivos, como estamos observando. Temos que ser mais ambiciosos e comprometidos com a redução de emissões, e devemos incentivar a participação de atores não estatais nos vários esforços conjuntos. ”

Principais pontos de discussão

As apresentações foram seguidas de uma sessão de diálogo com os parlamentares participantes, que refletiram sobre as experiências e práticas de seus respectivos países e trouxeram alguns pontos-chave de discussão:

- O Global Stocktake permitirá que os países especifiquem quais recursos são necessários e o que está sendo fornecido, ajudando a identificar o que é necessário para permitir que os países em desenvolvimento adotem ações;
- Existe uma lacuna quantitativa de dados e informações sobre os impactos das mudanças climáticas no Caribe, bem como a necessidade de melhorar os sistemas de alerta precoce para esses impactos;
- O Instituto Caribenho de Meteorologia e Hidrologia é o anfitrião do [Fórum Caribenho sobre o Clima](#), que produz produtos regionais sobre perspectivas climáticas úteis para os tomadores de decisão;
- A contribuição das emissões dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS, sigla em inglês) é mínima em comparação a outros países desenvolvidos, mas os SIDS estão adotando ações climáticas ousadas, estabelecendo um exemplo para o resto do mundo e mostrando que se eles podem, os demais países com mais recursos também podem tomar uma atitude;
- Existe uma dificuldade em equilibrar o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável, mas, é necessário garantir que as preocupações ambientais sejam priorizadas;
- É difícil o acesso ao financiamento climático para alguns países, devido à grande quantidade de papelada e recursos necessários para sua aplicação.

Destaques dos países que adotam ações

A membro da Assembleia Legislativa **Paola Vega** (Costa Rica), Presidenta da Comissão Permanente Especial para o Meio Ambiente, apresentou o Plano Nacional de Descarbonização da Costa Rica. Explicou que, apesar desse plano ter sido [apresentado](#), ainda há oposição interna, mas o país está determinado a concretizá-lo - demonstrando a importância da vontade política. Uma das maneiras pelas quais a Costa Rica procura superar esses obstáculos é visualizar o plano por meio de uma lente de negócios, mostrando como a inação climática levará a perdas no PIB. O plano visa trazer uma economia verde, livre de emissões, resiliente e equitativa que não deixe ninguém para trás. Destacou, por fim, as diferentes reformas legislativas necessárias para implementar o plano, incluindo uma reforma da lei integral sobre resíduos e combustível.

Ana María Choquehuanca, membro do Congresso, compartilhou a experiência do Congresso do Peru na criação de um comitê parlamentar verde multipartidário. Durante sua [apresentação](#), a Sra. Choquehuanca, Coordenadora do comitê verde multipartidário, compartilhou o processo e as etapas pelas quais o Congresso, sob sua liderança, foi capaz de tornar o comitê verde uma realidade. Destacou ainda a importância de criar um grupo que fomenta iniciativas verdes nos parlamentos, em colaboração com o Executivo e as partes interessadas relevantes, que trabalham em iniciativas relacionadas.

Grace Watamaleo e **Riad Nurmohamed**, membros da Assembleia Nacional, apresentaram uma visão geral das ações climáticas que estão sendo tomadas pelo parlamento do Suriname. A [apresentação](#) se concentrou nas ações de capacitação empreendidas pela Assembleia Nacional para aumentar o envolvimento e o conhecimento dos parlamentares sobre questões de mudanças climáticas, por meio de visitas de campo, relatórios e apresentações de partes interessadas relevantes, bem como reuniões e workshops mensais sobre mudanças climáticas. A Sra. Watamaleo [apresentou](#) ainda os esforços recentes trabalhados pelo parlamento em questões relacionadas à redução de riscos de desastres e adaptação às mudanças climáticas.



O fato de sermos políticos nesses espaços é importante, porque precisamos entender a relação entre interesses privados e meio ambiente.



Paola Vega, membro da Assembleia Legislativa (Costa Rica)

Temos que reverter as condições que nos mantiveram passivos. A política não precisa ser um obstáculo para a proteção do meio ambiente. A política e os partidos políticos não podem, por si só, ser um impedimento para garantir o cuidado do meio ambiente, garantir o desenvolvimento sustentável e a sobrevivência, em condições mínimas, de nossos cidadãos.



Member of Congress **Ana María Choquehuanca** (Peru)

Sessão 2: Implementando a Ação Climática e Construindo Resiliência por meio do Poder da Legislação

A Sessão 2 foi estruturada para examinar onde as Américas e o Caribe estão em termos do estado do meio ambiente na região e dos impactos, atuais e projetados, das mudanças climáticas, as ações legislativas empreendidas para melhorar a qualidade do meio ambiente e como os parlamentares podem aumentar ou expandir as boas práticas para promover o desenvolvimento sustentável.

Para iniciar a sessão, **Keisha Garcia**, especialista em GEO-6 e ex-presidente da Fundação Cropper, fez uma apresentação sobre o [relatório especial do IPCC sobre os impactos do aquecimento global de 1,5°C](#) e o [relatório GEO-6](#). Os relatórios do GEO, conforme explicado por Garcia, são compostos por avaliações regionais que alimentam uma avaliação global onde se examina a pesquisa existente sobre o meio ambiente, com base em perguntas de partes interessadas (como formuladores de políticas). Compartilhou ainda que as mudanças climáticas estão afetando negativamente os serviços ecossistêmicos e aumentando a taxa de extinção de espécies, estresse hídrico, número de eventos extremos e insegurança alimentar. Enfatizou, por fim, a necessidade de integrar as considerações sobre as mudanças climáticas em todos os setores .

O pequeno Estado insular de Antígua e Barbuda não pode mudar o mundo, mas, decidimos mudar os poucos quilômetros quadrados que ocupamos e, ao fazê-lo, começamos a mudar o mundo. Minha esperança é que este Encontro seja outro trampolim para obter uma verdadeira resposta global ou, pelo menos regional, à mudança de uma economia linear para uma circular.



Osbert Frederic, Vice-Presidente do Senado (Antígua e Barbuda).



Os governos nacionais possuem um papel crítico de ver como podem empreender um trabalho, nos níveis nacional e subnacional, para informar suas estruturas políticas e legislativas... Ao preparar os relatórios do GEO e do IBIS, enviamos convites para os formuladores de políticas se envolverem no processo. No entanto, a taxa de resposta foi muito baixa, por isso encorajo você a se envolver nesses processos de relatórios e a colaborar em um diálogo contínuo. O engajamento entre cientistas e formuladores de políticas é o aspecto mais importante da geração de dados e conhecimento.



Keisha Garcia, especialista em GEO-6 e ex-presidente da Fundação Cropper.



Após a apresentação inicial da sessão, foram compartilhadas boas práticas legislativas para abordar áreas temáticas concretas sob a égide da mudança climática, sendo elas:

➡ O Representante **César Pachón** (Colômbia), discutiu o tema da agricultura sustentável, enfatizando a necessidade de trabalhar com agricultores rurais, proteger seus direitos e incentivar os jovens na agricultura. Ele mencionou a importância dos Paramos colombianos e a necessidade de proteger esses ecossistemas, únicos e necessários, que servem como fonte de água doce para uma porcentagem significativa da população do país.



➡ A membro da Assembleia Nacional Ana Belén Marín (Equador), apresentou a experiência e o trabalho do Equador na redação da “Lei Orgânica sobre Gerenciamento de Riscos e Desastres” e como esta legislação foi alinhada às prioridades do Quadro de Sendai, usando o [Protocolo Parlamentar de Redução do Risco de Desastres e Adaptação às Mudanças Climáticas](#), desenvolvido pelo ParlAmericas em colaboração com o UNDRR .



➡ O professor Dr. **Sewnath Naipal**, da Universidade Anton de Kom (Suriname), discutiu os impactos de um mundo em aquecimento, como o aumento do nível do mar, levando a inundações mais frequentes em áreas baixas, aumento da erosão das zonas úmidas costeiras e mudança na hidrologia da água devido à penetração da água do mar. Para ajudar com esses impactos, demonstrou como os manguezais são espécies-chave para a adaptação climática, pois ajudam a aliviar muitos desses impactos



➡ O Vice-Presidente do Senado, **Osbert Richard Frederick** (Antígua e Barbuda), compartilhou como as mudanças climáticas, por meio de desastres, impactaram drasticamente Antígua e Barbuda e, portanto, a necessidade crítica de empreender a mitigação das mudanças climáticas. Compartilhou a liderança do país em ser o primeiro a proibir plásticos de uso único, bem como as ações legislativas associadas usadas para sua aplicação. Além disso, seu papel no lançamento da [Declaração de Antígua e Barbuda](#) na eliminação de plásticos de uso único.



➡ O Senador **David Wells** (Canadá), compartilhou o "Método do laço" como uma estratégia a ser usada para criar regulamentos que minimizem os riscos ambientais associados à extração de recursos. Observou a importância de ter uma abordagem baseada em objetivos, em vez de prescritiva, para permitir tomadas de decisão e resultados mais informados - em vez de fornecer às indústrias uma lista de verificação, a regulamentação deve se concentrar em áreas a serem avaliadas. Os parlamentares dispõem de ferramentas para melhorar as práticas da indústria por meio de legislação e marcos regulatórios e, portanto, influencia-las positivamente .



Sessão 3: Superando os Obstáculos e Aproveitando Oportunidades para Implementar Mecanismos Mercantis e Não-Mercantis do Carbono

O [artigo 6 do Acordo de Paris](#) refere-se a mecanismos mercantis e não-mercantis e será um ponto de discussão para a próxima COP25. O objetivo desta sessão foi entender as diferenças entre mecanismos mercantis e não-mercantis e, aprender como eles podem ser valiosos para incentivar a colaboração e a aceitação de diversas partes interessadas para reduzir as emissões de carbono e se adaptar às mudanças climáticas.

Carlos Ruiz-Garvia, Coordenador do Centro de Colaboração Regional da UNFCCC para a América Latina e o Caribe, [apresentou](#) uma visão geral dos tópicos da sessão, incluindo áreas-chave do Acordo de Paris, o papel da UNFCCC e do centro de colaboração regional, bem como os benefícios de artigo 6 e exemplos de mercados de carbono para mitigação climática na região. O Artigo 6, conforme explicado pelo Sr. Ruiz-Garvia, pode ser usado como uma ferramenta para induzir a cooperação entre as partes interessadas, incluindo o setor privado, para implementar os NDCs e descarbonizar a economia, bem como para promover o desenvolvimento sustentável por meio da estrutura do NDCs. Também permite a responsabilização, quantificando as ações tomadas pelos países e, por meio do Global Stocktake, essas ações podem ser medidas para avaliar se são ambiciosas o suficiente para atender ao objetivo geral do Acordo de Paris.

A Deputada **Nelly Lenz Roso** (Bolívia) [apresentou](#) um exemplo de mecanismo não mercadológico. Ela compartilhou a Lei da Mãe Terra da Bolívia e seu trabalho na proteção das florestas por meio de um mecanismo conjunto. Explicou ainda uma “Plataforma Indígena” (*Plataforma Indígena originaria campesina de lucha contra el cambio climático*) que permite a inclusão de povos indígenas na criação de soluções climáticas.

Em continuação, o Presidente da Assembleia, **Arthur E. Holder** (Barbados), deu outro exemplo de mecanismo não mercadológico [apresentando](#) a experiência de Barbados no uso de [incentivos fiscais](#) para apoiar a transição de países para energias renováveis e reduzir sua dependência de combustíveis fósseis, abordando a oferta e demanda. Descreveu ainda os vários incentivos fiscais utilizados, abrangidos por oito leis, para incentivar proprietários, empresas, acionistas, e instituições financeiras a investir ou usar tecnologias de energia limpa.

Vocês, como parlamentares, podem apoiar não apenas o processo de negociação, mas, uma vez que os resultados e as regras do artigo 6º estejam em vigor, monitorar a implementação correta dessas iniciativas por meio de atividade legislativa. Também podem monitorar os compromissos que os governos colocam a mesa no quadro de seus NDCs.



Carlos Ruiz-Garvia, Coordenador Regional, Centro de Colaboração Regional - América Latina e Caribe, UNFCCC.



Após as apresentações, o Sr. Ruiz Garvia moderou o diálogo entre membros do painel e participantes. Os pontos de discussão incluíram:

- os desafios da regulamentação e controle dos mecanismos de mercado, observando como a estrutura aprimorada de transparência pode ajudar a melhorar a prestação de contas.
- além disso, a necessidade de continuar incentivando a redução de emissões para preservar a integridade ambiental e como uma análise de custo-benefício pode ajudar a validar esse importante trabalho.
- os parlamentares podem desempenhar um papel crucial ao influenciar as prioridades das equipes de negociação de seus países na COP, perguntando e se familiarizando com o que são essas prioridades e pressionando por uma maior ambição.

“ A participação dos povos indígenas é importante para fortalecer essas abordagens alternativas não mercadológicas. É essencial incluir os povos indígenas na construção de políticas sobre mudanças climáticas, e em outros aspectos, uma vez que a perspectiva da Mãe Terra, e a relação saudável entre humanos e natureza, são de complementaridade e cooperação e não de transações mercantis. ”



Nelly Lenz Roso, Deputada (Bolívia).

“ O governo de Barbados reconhece plenamente que não pode combater as mudanças climáticas sozinho, o setor público não pode fazê-lo sozinho. Portanto, é importante que haja um esforço colaborativo entre o setor público e o privado e, por isso, criamos os incentivos fiscais. ”



Exmo. **Arthur E. Holder** (Barbados), Presidente da Assembleia (Barbados), Membro do Conselho do ParlAmericas.



Sessão 4: Aumento do Compromisso e Acesso ao Financiamento do Clima



O Acordo de Paris determina que os países desenvolvidos devem fornecer e mobilizar financiamento climático para permitir e ajudar os países em desenvolvimento a mitigar e se adaptar às mudanças climáticas. Esta sessão forneceu informações importantes sobre o que é o financiamento climático, examinou e discutiu os fundos disponíveis para países nas Américas e no Caribe, e mostrou como a capacidade pode ser aumentada para tornar o financiamento climático mais acessível. No início da sessão, os participantes compartilharam a [Cartilha sobre Financiamento do Clima: Mecanismos e oportunidades para a América Latina e o Caribe](#), do ParlAmericas, uma pequena publicação que resume o que é o financiamento climático e os instrumentos e fontes e financiamento disponíveis.

O Excelentíssimo Embaixador e Conselheiro do Gabinete do Presidente – Articulação Ambiental **Robby Ramlakhan** (Suriname), abordou a demanda para aumentar a ambição. Em sua [apresentação](#) explicou como o Suriname está enfrentando esse desafio implementando políticas ambientais relevantes e inclusivas, e adotando ações climáticas significativas. Destacou ainda como o Suriname está trabalhando na conservação da natureza e protegendo suas florestas - o Suriname tem 93% de cobertura de árvores - para se beneficiar dos serviços ecossistêmicos que a natureza lhes fornece. Nesse contexto, mencionou a [Declaração Conjunta de Krutu do Paramaribo sobre Mobilização do Financiamento Climático do HFLD](#), que foi adotada durante a Conferência do HFLD sobre Mobilização do Financiamento Climático que o Suriname sediou.

O Dr. **César Falconi**, Representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento no Suriname, [apresentou](#) os fundos disponibilizados pelos bancos multilaterais explicando quais deles possuem uma certa porcentagem de seus fundos dedicados às ações climáticas. O BID criou o [NDC investir](#), um recurso para ajudar os países a transformar seus NDCs em planos de investimento viáveis. Ele observou ainda que para acessar o financiamento climático disponível, é preciso ter consciência da capacidade necessária para acessar esses fundos e ser hábil a implementar o projeto e obter resultados. Enfatizou, por fim, que o setor público deveria se envolver e destacou que uma estratégia popular é o uso de títulos verdes.

O Dr. **Victor Viñas**, membro do Conselho que representa a América Latina e o Caribe no Fundo de Adaptação e no Fundo Verde para o Clima, ambos parte do Mecanismo de Finanças da UNFCCC, [apresentou](#) o Mecanismo de Financiamento do Clima. O foco de sua apresentação foram perdas e danos e a grande demanda dos países do Caribe, por sua inclusão no Acordo de Paris, e a oposição ainda existente de alguns países. Ele observou que o financiamento climático é complexo e difícil de obter, mas que é possível que pequenos estados acessem esses fundos se tirarem vantagem do apoio de instituições já credenciadas.



Vocês têm e continuarão a ter todo o nosso apoio. Como o clichê diz: sou um dos seus homens no Conselho, sou um desses homens na região. Usem-me, para qualquer pergunta ou qualquer coisa. Se seu país não tem um representante no Fundo Verde para o Clima ou no Fundo de Adaptação, você pode escrever para mim que eu irei apoiá-lo.



Victor Viñas, membro do Conselho que representa a América Latina e o Caribe no Fundo de Adaptação e no Fundo

Após as apresentações, os participantes destacaram:

- Alguns dos países que se candidatariam, especialmente aqueles com menos recursos, não têm capacidade técnica e tempo para aplicar ao financiamento disponível, pois existem muitas etapas burocráticas;
- Alianças estratégicas devem ser feitas entre organizações e/ou partes interessadas para tornar os projetos mais atraentes para financiamento;
- Projetos que incorporam uma análise de gênero e juventude, bem como respondem às necessidades dos grupos mais vulneráveis, têm maior probabilidade de serem financiados;
- Para atrair mais financiamento e incentivar outras partes interessadas a contribuir para um projeto, os Estados podem aumentar seus financiamentos atuais para obter maior ou similar aumento dos NDCs de seus países.



A mudança climática é importante para a elaboração de nossas políticas, e não podemos fingir que ela não está à nossa porta. Todos os dias sentimos os efeitos das mudanças climáticas e é por isso que incluímos essa questão específica em nossa política ambiental, porque acreditamos não ser possível falar sobre desenvolvimento sustentável sem considerar o impacto das mudanças climáticas... você não pode executar políticas sem a legislação necessária para apoiá-las.



Sua Excelência Embaixador **Robby Ramlakhan**, Assessor do Gabinete do Presidente - Articulação Ambiental (Suriname).



O sucesso e a sustentabilidade dos esforços de financiamento climático dependem de uma estrutura política forte. Os parlamentos que usam suas funções de supervisão representativa e legislativa podem ser muito úteis para promover, implementar e monitorar as ações de mudança climática. Os parlamentos podem ajudar a influenciar o financiamento das ações climáticas e influenciar o orçamento para incluir essas ações.



César Falconi, Representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento no Suriname.

Visita de campo

Durante o encontro, as delegações presentes realizaram uma visita de campo guiada em Wegnarzee, uma região costeira baixa que é altamente vulnerável à futura elevação do nível do mar, causada pela mudança climática. Dando seguimento às sessões sobre a ação climática, a visita de campo forneceu uma representação física de uma solução bem-sucedida. O professor Dr. Naipal compartilhou com os participantes como os manguezais estão sendo utilizados, por meio do Projeto Construindo com a Natureza, como uma ferramenta de adaptação climática. Os participantes puderam ver em primeira mão como os manguezais estão sendo replantados na área, contribuindo positivamente para reduzir a erosão, ajudando a aliviar os impactos da elevação do nível do mar e trazendo vida de volta à região.

Além disso, os delegados participaram de um passeio cultural para comemorar o dia dos povos indígenas e prestar homenagem ao povo Javanês do Suriname.



Parlamentos Representados



Antígua e Barbuda



Chile



El Salvador



Peru



Barbados



Colômbia



Granada



Santa Lúcia



Bolivia



Costa Rica



Jamaica



São Vicente e as Grenadinas



Canadá



Equador



México



Suriname

Comitê Executivo da Rede Parlamentar sobre Mudanças Climáticas

Durante o encontro, todos os cargos do Comitê Executivo da Rede foram eleitos. O Comitê Executivo da RPMC agora é composto pelos seguintes membros:

Ana Belén Marín

Presidenta

Membro da Assembleia Nacional do Equador

Rosa Galvez

Vice-presidenta - América do Norte

Senadora, Canadá

Paola Vega Rodríguez

Vice-presidenta – América Central

Deputada, Costa Rica

Andy Daniel

Vice-presidente – El Caribe

Presidente da Assembleia Legislativa, Santa Lúcia

Ana María Choquehuanca de Villanueva

Vice-presidenta – América do Sul

Deputada, Peru

Jennifer Simons

Vice-presidenta suplente – América do Sul

Presidenta da Assembleia Nacional, Suriname

Canada 



Esta reunião foi possível graças ao generoso apoio do Parlamento do Suriname e do Governo do Canadá, por meio do seu Ministério de Relações Exteriores.

ParlAmericas Podcasts

Inscriva-se no Podcast do ParlAmericas pelo [iTunes](#) ou [Google Play](#), para ouvir as gravações de painéis selecionados dessa e de outras reuniões.



PARLAMERICAS



ParlAmericas é a instituição que promove a **DIPLOMACIA PARLAMENTAR** no **SISTEMA INTERAMERICANO**



ParlAmericas é composto pelas **35 LEGISLATURAS NACIONAIS** da América do Norte, Central, do Sul e do Caribe



ParlAmericas facilita o intercâmbio das **MELHORES PRÁTICAS** parlamentares e promove o **DIÁLOGO POLÍTICO COOPERATIVO**



ParlAmericas transversaliza a **IGUALDADE DE GÊNERO** atuando a favor do empoderamento político das mulheres e da aplicação de uma perspectiva de gênero no trabalho legislativo



ParlAmericas promove o **PARLAMENTO ABERTO** apoiando os princípios da transparência, prestação de contas, participação cidadã e da ética e probidade



ParlAmericas respalda as políticas e medidas legislativas para mitigação e adaptação dos efeitos das **MUDANÇAS CLIMÁTICAS**



ParlAmericas trabalha para o fortalecimento da democracia e governança através do acompanhamento de **PROCESSOS ELEITORAIS**



ParlAmericas está sediada em **OTTAWA, CANADÁ**

Secretaria Internacional do ParlAmericas

703-155 Queen Street, Ottawa, Ontario, K1P 6L1 Canada

Telephone: +1 (613) 947-8999

www.parlamericas.org | info@parlamericas.org

